

Título -> Governo Público e Gratui-
to para todos

Constituinte

do ensino desses países. Podemos resumir essas reformas em quatro diretrizes fundamentais.

A primeira é que o Estado fomente a diversificação das instituições de ensino e o crescimento do número de instituições privadas do setor. Essa já é a realidade do ensino superior brasileiro. Cerca de 60% dos universitários brasileiros estão em escolas privadas. A segunda orientação é que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, centrando esse esforço principalmente na participação dos estudantes nos gastos, por intermédio de taxas e outros mecanismos. A terceira, é conferir ao Estado essencialmente o papel de controle, avaliação e fiscalização. Ou seja, o Estado deve aumentar o controle político e ideológico sobre o ensino, o que significa um aumento da inspeção escolar, ao mesmo tempo em que se compromete cada vez mais com o financiamento do ensino público. A quarta diretriz é adaptar o ensino médio e a educação pós-secundária às demandas do mercado de trabalho e às exigências do capital. Essa orientação produziu a desvinculação do ensino técnico do ensino de segundo grau. Isso significa que os grandes monopólios, com a adoção de cursos breves, no máximo dois anos, voltados para as aplicações "práticas", ou seja, para a mera reprodução dos conhecimentos científicos e tecnológicos importados dos centros industriais dos países desenvolvidos, e não para as necessidades científicas e tecnológicas do país.

Essas diretrizes vêm sendo aplicadas à risca pelo governo FHC e tem como consequência direta a falta de vagas nas escolas, a diminuição

de verbas federais para a educação e a crise da Universidade Pública.

Para que a educação seja de fato um fator de desenvolvimento do país, para que se erradique o analfabetismo, é preciso que haja uma verdadeira revolução, no sentido oposto ao que o governo FHC fez e seguirá fazendo. Por isso, somos contra a Reforma Educacional do governo FHC e contra a ingerência do Banco Mundial na educação nacional

Defendemos que o financiamento integral do ensino básico, médio e superior é um dever do Estado; o Estado deve garantir ensino público, gratuito e de qualidade para todos.

Isso significa ainda que a Educação não pode ser tratada como um negócio que tem como objetivo o lucro e que vende um produto que só é fornecido aos que podem comprá-lo. É preciso que haja igualdade de oportunidades para todos.

Para garantir ensino público para todos é preciso acabar com o mercantilismo na Educação e os enormes lucros que as instituições de ensino particulares vêm obtendo. Por isso, defendemos a estatização da rede particular de ensino e o aumento geral de vagas para garantir o acesso de todos à educação pública em todos os níveis.

Somos contra a inspeção e os órgãos de supervisão escolar da maneira e com os objetivos que são determinados hoje pelo governo. Não devemos concordar com o repasse de verbas vinculados aos chamados "padrões de qualidade e produtividade" impostos pelo MEC e pelas Secretarias de Educação, pois esse mecanismo é uma forma de desobrigar o Estado do ensino público e incentivar a busca por verbas privadas. Defen-

demos o fim do Exame Nacional de Ensino Médio e do Exame Nacional de Cursos de Ensino Superior (prova) que são utilizados para classificar as instituições de acordo a tais critérios.

Defendemos a universalização do ensino politécnico, contra a subordinação do ensino às exigências dos grandes monopólios e do mercado. O ensino da cultura, do conhecimento e da ciência, onde a teoria e a prática estejam estreitamente vinculadas ao processo de ensino/aprendizagem deve ser garantido.

Defendemos também a plena liberdade de pesquisa científica e do uso do conhecimento, contra a privatização das descobertas científicas e do conhecimento por meio da Lei de Patentes — para a qual devemos lutar por sua revogação.

Propomos a eleição direta para diretores e conselhos de escola, para reitores e órgão colegiados das Universidades por meio do voto de professores, funcionários e estudantes. Esses organismos, com a participação da comunidade, devem ter autonomia didática, pedagógica e de gestão financeira, assim como controlar a qualidade do ensino.

Uma mudança na qualidade do ensino só será possível adotando uma política de valorização e formação de pessoal docente e técnico-administrativo, oposta a do governo FHC. Uma política desse tipo deve começar por restabelecer o regime jurídico único e a estabilidade no em-

prego para os docentes e servidores das escolas e universidades. Defendemos também uma política salarial para os professores que estabeleça o salário mínimo do Dieese para um regime de 20 horas semanais.

Para manter estudantes na escola, é preciso não só uma política para a educação, mas também medidas de cunho social que permitam que os estudantes pobres possam estudar sem a obrigação de trabalhar para ajudar na manutenção da família. Só assim se pode atacar a evasão escolar.

Nossa proposta é que o Estado garanta a assistência médico-odontológica e social gratuitas para todos os estudantes. Por assistência social entendemos a alimentação em restaurantes escolares e, se necessário, principalmente no caso das universidades e escolas técnicas, moradia para os estudantes.

Somos contra a municipalização no Ensino e a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (o chamado "Fundão" ou Fundef). Essas medidas fazem parte de um plano para socializar o corte de verbas públicas e incentivar a privatização do ensino por meio da municipalização. Para financiar a Educação, defendemos a aplicação plena e direta de, no mínimo, 18% da receita tributária da União e 25% dos Estados e municípios.

PELOS DIREITOS DA MULHER TRABALHADORA

A opressão da mulher em nosso país adquiriu uma intensidade maior nesses anos de governo FHC em seus diversos aspectos: no mercado de trabalho, na verdadeira escravidão imposta pelo trabalho doméstico e nas precárias condições de assistência à maternidade.

Os efeitos da terceirização sobre o emprego e as condições de trabalho são o aumento do desemprego, atingindo sobretudo as mulheres; a degradação das condições de trabalho nas empresas de terceiros (corte de benefícios sociais, precarização das condições de saúde e segurança no trabalho); a degradação salarial; o trabalho em domicílio e a transformação do trabalho permanente em "autônomo", com a correspondente precarização das relações de trabalho.

Esse quadro só faz aumentar as desigualdades salariais entre homens e mulheres. Uma pesquisa do Dieese aponta que o rendimento médio das mulheres no Brasil, em 1996, (R\$ 585,00) correspondia a 60% do obtido pelos homens (R\$ 995,00). Em 1989, essa diferença era de 30%. Esse é um dos principais aspectos da opressão sobre a mulher. Defendemos o fim dos diferentes salários entre homens e mulheres para as mesmas funções. Trabalho igual, salário igual.

Tarefas domésticas – Quem disse que tarefa doméstica deve ser feita por mulher? Comer, dormir, tomar banho, vestir uma roupa limpa, cuidar das crianças e etc., são obrigações sociais. São funções que temos de fazer para poder renovar nossas energias e continuar trabalhando no dia seguinte. Por isso, es-

sas tarefas — chamadas tarefas domésticas — são, na verdade, um problema da sociedade, e não devem estar nas costas da mulher, como um peso que só ela carrega!

O Estado deve se encarregar de garantir infra-estrutura para que as famílias possam desempenhar melhor as tarefas domésticas, livrando, assim, as mulheres da sua opressão secular. Além de instalar creches nos bairros e nas empresas e aumentar o número e a qualidade das escolas públicas, deve ser obrigação do Estado a criação de uma rede completa de serviços públicos, incluindo restaurantes coletivos, lavanderias, centro de atendimento à saúde e outros serviços, todos de boa qualidade e sob a supervisão dos moradores do bairro. Só assim a mulher ficará livre dessas tarefas embrutecedoras e poderá ter uma participação plena na sociedade.

Todas as mulheres devem ter acesso a métodos anticoncepcionais, com distribuição gratuita, sem precisar apelar para a laqueadura, que a estereliza, ou para o aborto. E junto com isso a realização de uma ampla campanha de esclarecimento sobre esses métodos para que todas as mulheres possam utilizá-los com segurança.

Pelo direito à maternidade e à assistência integral e permanente à saúde da mulher - Conforme a Organização Mundial de Saúde, define-se morte materna como a morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, independente da duração da gravidez. Dados oficiais recentes no Brasil, segundo o Coas (Centro de Organização da Atenção à

Saúde, do Município de São Paulo) apontam que, para cada 100 mil bebês nascidos vivos, morrem 131 mães. (Na região Norte esse número aumenta para 298 mortes maternas). A maioria das mortes ocorre por hemorragias, complicações de aborto provocado, eclâmpsia e infecções durante ou no pós-parto. Se essas mulheres tivessem acesso à tecnologia médica, muitas dessas mortes poderiam ser evitadas. Muitas outras ocorrem por dificuldade de acesso aos serviços de saúde, tanto no pré-natal como na peregrinação em busca de hospitais na hora do parto. E outras pelo elevado número de cesarianas. Dados do SUS, em 1994, demonstraram que nos hospitais públicos a taxa de cesarianas é de 32,4% (nos EUA é de 10% a 15%). Metade dessas são desnecessárias e, se evitadas, teriam reduzido a mortalidade materna em 28,5%. Pés-simas condições de alimentação, moradia, educação e informação tam-

bém contribuem para o aumento do número de mortes maternas.

Como se não bastasse tudo isso, o governo ameaça acabar com a licença-maternidade. No Brasil, a amamentação é um direito reconhecido da mulher trabalhadora e seus filhos. Pela lei, as mulheres têm direito à licença-maternidade de 120 dias, creche para os bebês até seis meses e uma hora de intervalo para a amamentação. Os pais têm direito a 5 dias de licença-paternidade. No entanto, nada disso é cumprido. E, ainda por cima, o governo FHC acabou com a obrigatoriedade da licença-maternidade, impedindo que a mulher amamente seu filho dignamente.

Para lutar contra a situação em que vive, a mulher precisa se organizar, participar da vida de seus sindicatos, e de outras organizações, no sentido de garantir que as questões específicas da mulher façam parte do programa do sindicato e da sua luta diária contra os patrões e o governo.

CONJUNTURA POLÍTICA

A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E O MOVIMENTO SINDICAL

A globalização da economia significa um salto na internacionalização do capital, que provoca um grau maior de polarização no mundo, entre as classes e as nações. Nela, é maior o nível de exploração dos trabalhadores em todo mundo e uma submissão, sem precedentes, dos países ao controle do imperialismo.

Este processo tem levado a mudanças estruturais na economia. Trata-se não só de uma resposta econômica do capital, mas também de um ataque político contra os trabalhadores e suas organizações. O perfil do mundo atual é dado pela extrema concentração de riqueza num pólo da sociedade e pelo aumento da

pobreza no pólo oposto. Os 447 bilionários do planeta têm uma renda maior do que metade da população do mundo.

Com a queda das barreiras alfandegárias, as multinacionais passaram a selecionar alguns países onde estabelecer plantas industriais, e a partir daí exportar para o mercado mundial ou regional. A "globalização" levou a uma mudança nessas multinacionais. As indústrias automobilísticas fabricam motores em um país, as caixas de marchas em outro e as carrocerias em outro ainda, e vendem para o mundo inteiro. Responde-se, assim, ao esgotamento dos mercados internos de origem, dessas empre-

sas, com a ocupação mais intensa do mercado mundial.

O aumento dos investimentos estrangeiros diretos tem enorme importância na própria gênese da "globalização" da economia. Esses investimentos estão altamente concentrados, em primeiro lugar nos próprios países imperialistas, que absorvem 70% do total (os EUA seguem sendo o país que mais recebe investimentos estrangeiros no mundo). Nos países da OCDE (os imperialistas) está sendo negociado neste momento a liberação geral, sem nenhum entrave, destes investimentos estrangeiros diretos.

Alguns poucos países semicoloniais e dependentes recebem estes investimentos diretos (aplicados na produção, diferenciados dos fluxos financeiros), como parte da estratégia dos oligopólios e grupos multinacionais. Em 95, 65% destes investimentos foram para a Ásia, dos quais 38 bilhões foram para a China. A América Latina toda recebeu 27 bilhões (menos, portanto, que a China), com o fluxo altamente concentrado no México (7 bilhões), Brasil (4,9 bilhões), Argentina (3,9 bilhões) e Chile (3 bilhões).

A maioria desses investimentos não gera ampliação da capacidade produtiva, sendo apenas transferência de propriedade de capital, através de aquisições, fusões, privatizações de empresas estatais etc.

Ao contrário do que afirmam os defensores do neoliberalismo, nem o fato de ser um desses países escolhidos para investimentos pelos oligopólios assegura um crescimento econômico. O Brasil foi o 5º país em volume de investimentos no ano de 96 com um impacto insignificante sobre o nível de emprego. Em 97 e 98, os índices de desemprego e subemprego bateram recorde, e as privatizações têm ampliado a redução do número de postos de trabalho.

Diante da quebra das bolsas mundiais, o capital especulativo passa a migrar ainda mais velozmente, e

as taxas de juros se elevam em todo o mundo. Desta forma, tentam criar "atrativos" para que este capital permaneça no país e sustentar uma artificial "estabilidade" do Real, através de lucros gigantescos que aumentam a dívida interna, e para os quais nada é produzido, nem nenhum emprego é gerado. Mas, e por que continua a sair dólares do país, com tamanha margem de lucro para os especuladores? Porque há dúvida se o governo poderá pagar um volume de juros tão alto! O governo FHC, para mascarar os índices e manter a rentabilidade dos especuladores, acalmando suas dúvidas, promove mais exploração dos trabalhadores brasileiros. Apesar de todas as privatizações feitas, onde todo o destino do dinheiro foi a dívida, sem nada ir para a saúde ou educação, o volume arrecadado não foi suficiente para suas ganâncias. Por isto, patrocina diversas medidas, entre as quais podemos destacar: reforma administrativa e normatização das organizações sociais, para demitir servidores públicos e privatizar serviços, como saúde e educação; reforma da previdência, para ampliar o tempo de serviço da população brasileira e reduzir vencimentos; não assina a convenção 158 da OIT, o que incentiva a manutenção do trabalho infantil e assim a competitividade de preços com os demais capitalistas do Mercosul, promove violenta desregulamentação dos direitos trabalhistas, com o contrato temporário (sem direitos), e, mais recentemente, a demissão temporária, e o último anúncio foi o pacote fiscal.

Neste pacote, o custo da crise mais uma vez é jogado sobre nós: aumento de impostos, aumento da CPMF, cortes de verbas na saúde e educação (de novo), na área federal e nos estados e municípios (com a retenção do FEF, que passa de 20% para 40%), aumento do desconto de seguridade dos servidores públicos, e inclusão dos aposentados neste desconto (os mais atingidos), entre outras medidas.

O Banco Mundial e a Unesco, por seu lado, determinam que a América Latina sacrifique decisivamente seus serviços públicos. Entre outras medidas, exigem o fim imediato do ensino gratuito, com a cobrança de mensalidades nas Universidades, ao que Paulo Renato já prepara estudos e projeto para o Congresso, para colocar esta determinação em movimento.

*A atual hegemonia neoliberal
pode ser derrotada,
ela não é invencível*

O neoliberalismo é apresentado como a única alternativa possível no mundo atual. No entanto, o seu domínio tem uma determinação histórica precisa.

Não é possível seguir ampliando o desemprego, o arrocho, o sucateamento dos serviços públicos, em nome da estabilidade dos capitalistas. O modelo de produção está esgotado, e mesmo as medidas anunciadas não são suficientes para deter a crise.

Portanto, ao invés da estratégia da direção majoritária da CUT, de fazer banco de horas, negociar demissões, defender isenção de impostos para os patrões, e estar no mesmo palanque que eles, fazer acordo na reforma da previdência instituindo o tempo de contribuição ao invés de serviço, entre dezenas de outras "iniciativas", a realidade mostra que é atual e imprescindível lutar contra os efeitos da globalização, na defesa da manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores.

Não pagar a dívida a esses especuladores, expropriar os sonegadores, estatizar o sistema financeiro, sobretaxar as fortunas, desenvolver um plano de obras públicas e estabelecer o salário mínimo no valor calculado pelo Dieese, são algumas das medidas que podem reverter essa atual dinâmica e gerar emprego e renda. Precisamos, portanto, fortalecer nossa luta e resistência, em defesa de nossos direitos, e rumo a um

governo dos trabalhadores, pois nenhum burguês jamais aplicará as medidas aqui colocadas.

Plano de Lutas Internacional:

É possível unificar internacionalmente as lutas. Mais do que nunca as tarefas do movimento sindical em cada país se relacionam entre si e com o processo mundial. Mais do que nunca se reafirma a necessidade da unificação das lutas.

- ❖ Por uma campanha internacional de luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário;
- ❖ Criação de uma Plataforma Comum de Luta, a carta dos Trabalhadores, que mobilize por:
 - Pelo fim do Trabalho escravo e infantil;
 - Contra o desemprego pela redução da jornada;
 - Pela equiparação salarial dos trabalhadores das empresas multinacionais;
 - Contra todo tipo de discriminação do trabalhador imigrante;
- ❖ Abaixo o Mercosul! Pela unidade dos trabalhadores latinoamericanos;
- ❖ A luta contra os planos neoliberais na América Latina, e em particular no Cone Sul, indicam a necessidade urgente de uma coordenação regional.
- ❖ Os trabalhadores do setor público, neste momento, se constituem na vanguarda dessas mobilizações. Para construir a UNIFICAÇÃO destas lutas propomos:
 - Unificar a luta contra as reformas na América Latina;
 - Para construir essa mobilização conjunta propomos a realização de reuniões por ramo de atividade com o objetivo de unificar as lutas;
- ❖ A CUT deve aprovar a sua desfiliação da CIOLS;
- ❖ A CUT deve fazer um chamado às centrais sindicais independentes

para construir um campo de luta sindical contra o imperialismo.

- ❖ Organizar manifestações em 10/12, por ocasião da reunião dos países do Mercosul no Rio de Janeiro.

UM PROGRAMA CLASSISTA E SOCIALISTA PARA OS SINDICATOS

- ❖ Por emprego, salário, reforma agrária, em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra as reformas de FHC.
- ❖ Contra o desemprego, redução da jornada sem redução nos salários; Não à hora extra e ao banco de horas. A redução da jornada pode gerar mais de 3 milhões de empregos no país, o avanço da produtividade só poderá beneficiar os que trabalham se vier acompanhado da redução da jornada. Esta deve ser a campanha central da CUT junto com a reforma agrária.
- ❖ pelo fim do contrário temporário e não à reforma na Legislação Trabalhista;
- ❖ Contra a terceirização. Por carteira assinada e direitos sociais para todos;
- ❖ Por um plano de obras públicas. Outra medida fundamental para combater o desemprego e melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores é a realização de um plano de obras públicas voltados para a construção de casas populares, postos de saúde, escolas, creches e a garantia de saneamento básico. Os recursos para a realização deste plano devem ser garantidos:
 - Com os recursos oriundos do não pagamento da dívida externa;
 - Com o não pagamento da dívida interna aos oligopólios;
 - Com a retenção do capital em forma de reservas no Banco Central;

- Pelo fim da sonegação fiscal e a prisão e confisco dos bens dos sonegadores;
- Imposto fortemente progressivo ao capital e sobretaxação das grandes fortunas;
- Confisco de bens dos corruptos e corruptores;
- Pela estatização do sistema financeiro e a centralização do crédito e a devolução imediata dos bilhões dados ao banqueiros com o PROER;

- ❖ Contra o arrocho, aumento geral de salários. A única coisa que não está "globalizada" na economia são os nossos salários, o custo médio da força de trabalho no Brasil é de US\$ 2,79 (já incluindo os encargos) enquanto nos EUA é de US\$ 14,83 e na Alemanha US\$ 21,30 .
- ❖ Salário mínimo do DIEESE.
- ❖ Por uma reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores.
- ❖ Todo apoio às ocupações e aos saques.
- ❖ Pela unidade dos trabalhadores da cidade e do campo.
- ❖ Não às Reformas, por mais e melhores serviços públicos.
- ❖ Não à reforma da previdência.
- ❖ Por mais e melhores serviços públicos para a população.
- ❖ Contra a reforma administrativa, MP's, portarias e decretos, que FHC e Covas vêm utilizando para implementá-la.
- ❖ Verbas públicas destinadas a educação e saúde públicas.
- ❖ Estatização dos serviço de saúde e das escolas particulares.
- ❖ Defender o patrimônio público e colocá-lo sob o controle dos trabalhadores.
- ❖ Pelo fim das privatizações e re-estatização das empresas privatizadas.
- ❖ Pelo investimento em ciência e tecnologia e reaparelhamento das universidades.
- ❖ Não aos pactos e aliança com os patrões.
- ❖ Não às câmaras setoriais.

- ❖ A CUT deve retirar-se do Conselho Nacional do Trabalho e de todos os organismos do governo.
- ❖ Pela construção da greve geral como tarefa para o próximo período.
- ❖ A CUT deve desenvolver o apoio a todas as lutas que travamos no dia-a-dia contra os patrões e o governo. Este apoio deve se concretizar na UNIFICAÇÃO DAS LUTAS, tanto no que se refere às mobilizações de categorias como a unificação da luta dos trabalhadores da cidade e do campo pela REFORMA AGRÁRIA.
- ❖ A unificação das lutas deve estar colocada na perspectiva de construção da Greve Geral. Esta é a expressão máxima da unidade na luta de todos os explorados, não só do movimento sindical. Por isso, é uma forma de luta necessária e privilegiada para derrotar o projeto de FHC.
- ❖ Um programa para a ruptura com o imperialismo. Não existe nenhuma possibilidade de resolver qualquer um dos grandes problemas do país, e da classe trabalhadora, sem romper com o Imperialismo. Por isso, defendemos:
 - A suspensão imediata do pagamento da dívida externa e da dívida interna aos grandes investidores;
 - A ruptura com o FMI e seu controle sobre a economia nacional;
 - A nacionalização e estatização dos grandes grupos multinacionais que controlam áreas-chave da economia como a produção de automóveis, caminhões, química, eletrônica e farmacêutica;
 - A saída do Brasil de todos os organismos internacionais que subordina o nosso país à política do imperialismo (OMC, FMI, OEA);
- ❖ Por um governo dos trabalhadores. Só um governo dos trabalhadores apoiado em suas organiza-

ções, pode concretizar um programa que garanta salário, emprego, reforma agrária e bem estar para a maioria da população.

*TODO APOIO AOS SAQUES E OCUPAÇÕES!
REFORMA AGRÁRIA JÁ!*

O campo brasileiro atravessa um dos momentos de maior intensidade da luta pela terra. Em 1995 houve um conflito e meio a cada dia, um assassinato a cada nove dias, e uma ocupação de terras a cada dois dias e meio.

Os massacres de sem-terra em Eldorado dos Carajás, no Pará, e Corumbiara, em Rondônia, são as demonstrações mais bárbaras e visíveis de uma guerra que já se incorporou ao dia-a-dia dos trabalhadores do campo.

No centro desta guerra civil, não declarada, está a estrutura fundiária brasileira. Em 1992 existiam 87.594 grandes propriedades controlando 56,7% das terras (Atlas fundiário brasileiro). Mas essa brutal concentração mascara os números reais pois é comum um grande proprietário possuir mais de um imóvel rural.

Na outra ponta dessa pirâmide encontram-se quase dois milhões de minifúndios que ocupam apenas 7,9% da área total.

Os problemas decorrentes desta estrutura fundiária foram agravados pela política de FHC. O plano real provocou uma queda na produção agrícola e uma redução da área plantada levando à falência milhares de pequenos produtores.

A redução dos preços internacionais, o aumento dos custos nacionais de produção, as baixas tarifas de importação tem agravado a crise na agricultura brasileira.

Não só a importação de produtos agrícolas é cada vez maior, como a exportação é cada vez mais difícil. Somente as importações de trigo subiram de 1,8 milhões de toneladas para 4,6 milhões.

Essa situação tem provocado um distanciamento cada vez maior entre os preços internos dos produtos agrícolas que tem caído, e os custos de produção que não param de aumentar.

A redução da área plantada e a crise agrícola tem levado a um aumento do desemprego no campo; estima-se que mais de 400 mil trabalhadores rurais perderam seus empregos durante o plano real.

Essa situação é agravada pela introdução no campo de novas tecnologias e novas formas de gestão que tem aumentado o desemprego no meio rural.

Esse processo de aumento da produtividade e da diminuição dos custos de produção para fazer frente à abertura da economia tem aumentado o desemprego e o nível de exploração dos trabalhadores.

Para se ter um idéia, a Usina S. Martinho, a segunda maior usina de açúcar do Brasil, emprega 8 mil trabalhadores para a colheita da safra, hoje com a mecanização baixou para 2.800.

A completa submissão dos pequenos proprietários aos complexos agroindustrias leva a que a maioria dos pequenos produtores fiquem submetidos aos preços que as grandes empresas determinam subjugando completamente o produto do seu trabalho.

A diversidade das relações de produção do campo brasileiro exige uma resposta que incorpore as diferenças regionais. Por exemplo, os trabalhadores ligados ao extrativismo. Neste caso surgem duas questões: a luta pela preservação do meio ambiente e a associação para a construção de cooperativas para armazenamento, transformação e distribuição.

A luta pela Reforma Agrária no Brasil é uma luta anticapitalista. Para mudar a estrutura fundiária brasileira, será preciso muito mais do que derrotar os velhos coronéis, será preciso derrotar o sistema financeiro, os

grandes monopólios industriais, e os oligopólios multinacionais de insumos.

Sobram terras agricultáveis enquanto existem mais de 32 milhões de indigentes no Brasil e cerca de 55% estão no campo. Uma Reforma Agrária no Brasil não só daria acesso a terra a milhões de trabalhadores rurais sem-terra, mas emprego para um grande contingente da população pobre das milhares de pequenas cidades.

A reforma agrária não é necessária apenas para a população pobre do campo. No Brasil, 78% da população já mora nas cidades, ela servirá também para alimentar este contingente, gerando emprego e diminuindo a migração para os grandes centros.

A reforma agrária necessária para assentar as 4,8 milhões de famílias sem-terra e também tirar da indigência os 5 milhões de assalariados rurais, bem como tirar das extremas pobreza os 8 milhões de pequenos produtores familiares, só é possível derrotando o sistema capitalista.

Por isso, a luta pela reforma agrária necessita da unidade entre os trabalhadores do campo e da cidade. É uma luta contra a burguesia, pois para derrotar o latifúndio temos que derrotar os banqueiros e os monopólios.

Portanto, a aliança necessária para esta luta não cabe à classe dominante. A tarefa da CUT é construir a aliança entre os trabalhadores e excluídos da cidade e do campo, como propõe e faz o MST.

A CUT e seus sindicatos filiados devem estar na linha de frente do apoio aos sem-terra. A oportunidade para construir a aliança entre os trabalhadores da cidade e do campo nunca esteve tão colocada na história recente do nosso país.

❖ Portanto, propomos que os sindicatos cutistas participem do cadastramento de desempregados feito em conjunto com o MST e apóie política e materialmente as ocupações.

- # Plano de Carreira
- # Autonomia - Seminário
- # Participação na Instância Deliberativa da UNB
- # Formas de Comunicação - organizações e representações.
- # Emendas Públicas - para ingresso na UNB - para prestar serviços ao público
- # Política de Gestão de Recursos Humanos.
- # Não haverá lote de pessoal